

# A justificação por graça e fé em Paulo e sua relevância hoje

Gottfried Brakemeier

## Preliminares

Ao redescobrir que Deus justifica o homem somente pela graça e pela fé, Martinho Lutero desencadeou a Reforma do século XVI e, a partir de então, considerou esta doutrina como sendo aquele artigo, com o qual a Igreja permanece ou sucumbe. Quatro séculos depois, as igrejas luteranas continuam falando da justificação, mas elas se defrontam com dificuldades na articulação concreta desta doutrina, para o que especialmente três motivos parecem ser responsáveis:

1. O mundo de hoje tem outros problemas do que o século XVI, razão pela qual a pregação da justificação passou a assemelhar-se a uma mercadoria sem procura. Na época da Reforma ela tem sido resposta libertadora para uma geração quase escrupulosamente preocupada com os seus pecados, amedrontada pela perspectiva do juízo final e em busca do Deus misericordioso. Os efeitos da secularização, porém, além de outros fatores, promoveram um deslocamento da problemática. Não é por mero acaso que termos como libertação, salvação ou reconciliação predominam nos debates teológicos da atualidade, dando a entender nitidamente onde e como estão sendo sentidas as enfermidades de hoje, a saber, não na culpa e pecaminosidade do indivíduo, mas nos múltiplos cativeiros humanos, mormente na opressão social, no recrudescimento do ódio e da violência, nos maus augúrios relativos ao futuro biológico da humanidade, etc. Nesta situação a prédica da justificação parece não atingir os ouvidos dos contemporâneos.

2. Mais grave é que a própria doutrina da justificação se tornou suspeita. Alega-se ser ela demasiadamente orientada na salvação do indivíduo, favorecendo o egoísmo do homem piedoso e ficando presa à esfera espiritual sem mostrar efeitos na vida social e política dos povos. A pregação da graça é acusada de imobilizar as energias éticas do homem, tão necessárias para a urgente transformação da sociedade. Constata-se, portanto, uma certa insuficiência teológica e prática da doutrina da justificação.

3. Finalmente podemos verificar também uma mudança no setor ecumênico. Calorosamente controvertida na época da Reforma e Contra-Reforma, a doutrina da justificação hoje deixou de ser pomo de discórdia entre a Igreja Católica-Romana e a Luterana. No diálogo ecumênico existem outros assuntos incomparavelmente mais quentes do que a justificação pela graça e fé. Embora tenhamos amplas razões para nos alegrar sobre este progresso, ele contribuiu para que cessasse o debate em torno da justificação e o esforço por compreender e traduzi-la.

Sob estas condições o surgimento da pergunta pela nossa identidade de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é sintomático. Pois aquele atributo “de Confissão Luterana” indica para o nosso compromisso com o artigo precípua da Reforma, ele significa que definimos a nossa existência evangélica no mundo a partir da revelação da justiça de Deus (Rm 1, 16-17) e que vemos neste Evangelho aquele, ao lado do qual não existe outro (Gl 1, 6ss). A nossa identidade, isto é, o que somos e devemos, do que vivemos e o que temos a oferecer dentro da realidade brasileira, pela nossa herança, está vinculada à doutrina da justificação. Se ela se tornou obsoleta, certamente não há razão para manter uma igreja minoritária que em toda a parte luta com as suas limitações.

Poderíamos tentar resolver o problema através de uma revalorização artificial da tradição luterana. Com efeito, existe uma pregação da justificação, empenhada em restabelecer as premissas psicológicas e religiosas do século XVI, procurando incutir no homem de hoje aquela consciência de pecado e aquele temor do juízo final que o fazem acessível à justificação pela graça. Temos motivos para duvidar da eficiência e da legitimidade deste modo de proceder. A pregação da justificação realmente depende de determinada predisposição humana?

Outros, menos escrupulosos com relação às tradições, consideram a doutrina da justificação como bagagem morta. Procura-se por outros conteúdos da pregação e por outros critérios de atuação da Igreja. Pergunta-se, porém, se a problemática realmente se resume numa pura questão de tradição confessional. O sacrifício da doutrina da justificação coincide com o sacrifício de amplas partes do Novo Testamento e, possivelmente, com o sacrifício do próprio Evangelho. Para citar apenas um exemplo: Libertação, sem dúvida alguma, é um termo bíblico importante. Mas podemos falar em libertação a não ser em termos de justificação, se não queremos arriscar a perda do Evangelho e sermos vitimados por ideologias, utopias ou por simples modas? Para a Reforma do século XVI a doutrina da justificação era a chave hermenêutica do Evangelho, ou seja, ela era o acesso à verdadeira compreensão do mesmo. Via-se na justificação pela graça e fé não uma doutrina entre outras, mas a essência do Evangelho que, por esta razão, determinaria tanto a compreensão de comunidade, de ministério, dos sacramentos, como

também a definição da missão e existência cristã no mundo. Evidentemente estamos longe de tal conceituação da justificação — não por último no diálogo ecumênico a despeito do consenso verbal e doutrinal no assunto.

Assim sendo, a doutrina da justificação se nos coloca como desafio. As reflexões abaixo acatam este desafio e pretendem ser uma tentativa de compreender justificação pela graça e fé dentro do nosso mundo de hoje. Orientamo-nos na justificação tal como é proclamada por Paulo, razão pela qual será necessário determo-nos em algumas questões exegéticas antes de ventilarmos a relevância atual da justificação gratuita por Deus. Também pensamentos sistemáticos estarão incluídos neste ensaio. Entretanto, é claro que nem todas as dimensões da justificação podem ser discutidas ou abarcadas. Isto se refere, antes de mais nada, às dimensões práticas da justificação hoje. Do mesmo modo, porém, devemos excluir a pergunta pela concordância entre a concepção da justificação em Lutero e a de Paulo. Ela exige um estudo à parte. E finalmente também não podemos entrar na recente discussão exegética em torno do termo “justiça de Deus” e seu significado, ainda que esta discussão esteja implicitamente considerada.

## I. A justiça gratuita de Deus

Em Paulo, a revelação da justiça de Deus é sinônimo para a concessão de vida a quem não a merece. Deus dá razão de existir à sua criatura apesar de esta, em virtude de sua idolatria, desobediência, culpa e presunção, ser digna de morte (Rm 1, 18ss). Ele abre a possibilidade de viver num mundo em que a morte parece ser onipotente e em que reinam pecado e escravidão. Na justificação Deus declara ser o homem, criminoso e vítima dos crimes de outros, sua propriedade destinada a viver e não a morrer. Justificação é a maneira de Deus, já agora, implantar o seu Reino neste mundo. Estas teses necessitam de fundamentação.

Seguindo pensamentos do AT e do judaísmo, Paulo usa o termo “justiça” como termo de relação e em sentido forense, no que ele se distingue da nossa concepção de justiça hoje. Via de regra entendemos ser justo aquele que dá a cada um o que lhe cabe. É a “justiça distributiva”, orientada nos direitos da pessoa e zelosa de distribuir, de modo imparcial e correta, recompensa e castigo, salário e bens, reconhecimento e reprovação. A Bíblia não desconhece este conceito de justiça e a prática da mesma não deixa de ser exigência de Deus. No entanto, a nossa salvação reside no fato de Deus ser justo para conosco de outra maneira. Também a injustiça humana não consiste apenas em não termos dado aos outros a que fazem jus. Para Paulo, ser justo significa cumprir com os compromissos resultantes de uma comunhão de pessoas. É um viver em relacionamento correto com o outro, é um existir em autêntica

parceria. Deus é justo na medida em que se manifesta como Deus do povo de Israel, com o qual se comprometeu. Ele é justo na sua fidelidade ao pacto por ele firmado. Da mesma forma vale que Deus é justo na medida em que ele é fiel à sua criatura, agindo em relação a ela como compete ao Criador. Analogamente a justiça do homem deveria revelar-se na sua fidelidade a Deus, na obediência às determinações do pacto, respectivamente no respeito ao Criador e à criação. Fala-se numa “justiça forense” por tratar-se de uma justiça que cada qual possui apenas no juízo do outro, ou seja, no juízo do foro, diante do qual deve responsabilizar-se. Assim Paulo pode enxergar Deus diante do foro humano, prestando contas do seu agir e fazendo com que os homens tenham de confessar: Tu és justo (Rm 3, 5ss; cf. Sl 51, 4). O homem, por sua vez, depende do juízo de Deus, quando quer ver confirmada a sua justiça. Visto que a relação com Deus decide sobre vida e morte, o homem precisa ser declarado justo, aceito e reconhecido por Deus. Esta é a premissa de sua salvação.

No que se refere à justiça do homem, Paulo constata que ela inexiste. Em nome de Deus ele levanta veemente acusação à humanidade: “Não há justo, nem sequer um. . .” (Rm 3, 10; cf. Sl 14, 1; 53, 3), “. . . todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3, 23). Ninguém cumpriu com os compromissos decorrentes da sua condição de criatura. O homem não se comporta devidamente em relação a Deus, de modo que ele só pode concordar com o castigo de Deus que não deixaria de ser uma medida justa do Criador. A rigor, a criatura perdeu a sua razão de existir. Mas a justiça de Deus se manifesta de outra forma, não na sua ira e na punição do pecador — esta é a mensagem do Evangelho. Fiel à sua criatura, Deus se compadece dela, oferecendo-lhe a sua graça. A justiça de Deus se evidencia na justificação do pecador (Rm 3, 26). Deus restabelece as relações com a sua criatura, devolvendo-lhe a dignidade de parceiro, a reputação perdida e o direito de existir. Por isto é correto dizer que o genitivo na expressão “justiça de Deus” é um genitivo do autor: Trata-se da justiça que provém (!) de Deus (Fp 3, 9), concedida ao homem sem mérito ou direito algum. A partir daí logicamente se deve falar em justiça como sendo também uma qualidade de Deus (genitivo do sujeito), mas nós só o podemos à base do que Deus fez e dá. Justiça é dádiva de Deus ao homem. Simultaneamente, porém, esta dádiva revela a fidelidade de Deus, respectivamente a sua justiça.

Deus justifica o homem incondicionalmente. Isto acha a sua expressão mais enfática na afirmação, dizendo que Deus justifica o ímpio, ou seja, o pecador, o ateu, o profanador do Criador e da criação (Rm 4, 5; cf. Rm 5, 8; etc.). Também a fé não é a condição para o agir justificador de Deus. A Igreja sempre de novo está na tentação de transformar a justificação do ímpio na justificação do crente, pervertendo o ato da fé e prejudicando o caráter gratuito da justificação. A pregação da justificação não pressupõe pessoas aflitas por sobre o seu pecado e perguntando por Deus, ela não

pressupõe arrependimento nem qualquer forma de sentimento religioso. A justificação é mensagem e realidade para um mundo apático ou hostil a Deus e talvez incapaz de aperceber-se da sua perdição. Através de Jesus Cristo Deus justificou o mundo, ele o reconciliou consigo mesmo (2 Co 5, 18ss) e lhe demonstrou a sua bondade. Jesus, o segundo Adão (cf. Rm 5, 12ss) morreu pelos seus inimigos (Rm 5, 6ss), logo, justificação é justificação dos inimigos de Deus. Ela é realmente gratuita e independente de qualquer colaboração humana.

Quem é o inimigo de Deus? É o infrator da lei, o transgressor dos mandamentos de Deus, é o homem que pisa os direitos de Deus, é o assassino da criatura e da criação. É o homem que faz os seus próprios deuses e produz a sua própria religião, é o homem que coloca a si mesmo no lugar de Deus. Mas não só estes são justificados. Pois o pecado não tem apenas a face da transgressão, da idolatria e da perversão moral. Deus condena com a mesma intransigência toda forma de autojustificação do homem. Também aquele que acha poder prescindir da graça de Deus, que abusa da lei como instrumento para a demonstração da sua justiça própria (Rm 10, 3; Fp 3, 9), que quer conquistar o seu direito de existir por energias próprias, faz parte da sociedade dos pecadores. Seria errado qualificar esta ambição de ter justiça própria diante de Deus como simples delito religioso, pois ele tem graves conseqüências sociais. Quem não aceita a sua razão de existir e de viver da mão de Deus, deve confirmá-la através de qualidades e obras. E isto vai às custas dos outros. Autojustificação necessariamente produz a vanglória, a rivalidade entre os homens, ela leva à constituição de classes e à opressão. Para tanto os fariseus do Novo Testamento são exemplo. O Evangelho da justificação gratuita, porém, exterminou o fariseu em Paulo, acabou com a sua vanglória (cf. Fp 3, 4; Rm 3, 27; 1 Co 1, 29ss; etc.) e fez com que ele aceitasse novamente a sua condição de criatura que, pela graça, é o que é (1 Co 15, 10). Cristo é o fim do abuso da lei (Rm 10, 4), ela não pode fazer o homem justo. Deus justifica por graça, não considerando privilégios de qualquer espécie nem méritos ou qualidades. Justificação cria, muito antes, a solidariedade dos pecadores agradados, dando origem a um convívio, no qual não mais rivalizam fortes e fracos, nobres e humildes, judeus e gregos, escravos e libertos, homens e mulheres, mas no qual todos são um em Cristo (cf. 1 Co 1, 26ss; Gl 3, 28). A justiça que provém de Deus, tem por efeito uma nova criatura. Onde se verifica esta nova criatura?

## II. A justiça pela fé

A palavra da justificação vale independentemente de qualquer manifestação do homem, seja consentimento, seja rejeição. O mundo está sob a cruz de Cristo que é graça para o ímpio e perdão para o pecador. Deus suspendeu a sentença de morte para a humanidade

corrupta e lhe deu razão de existir. Ainda assim, justificação não é imposição, mas oferta. Podemos exemplificar na anistia a presos: A anistia é válida, ainda que os presos prefiram permanecer na prisão — o que seria um contra-senso e uma loucura. O decreto que confere liberdade, quer ser aceito e as suas conseqüências querem ser vividas. Algo análogo ocorre com a justificação por Deus: Ela quer ser aceita na fé e só pela fé ela se torna realmente eficiente no homem (cf. 2 Co 5, 18-21). A possibilidade de a cruz de Cristo ser considerada uma tolice (1 Co 1, 18ss) continua a existir. O homem pode dizer “não” ao Evangelho e insistir na sua justiça própria, ele pode preferir o cativeiro à libertação e os ídolos a Deus. Ele pode excluir-se da esfera da graça e assim comprometer-se com a morte em lugar da vida. Por isto a fé, como resposta positiva à justificação gratuita, é essencial.

Contudo, a fé não é obra, ela não é um elemento adicional à justificação, pois, embora a fé seja ação humana, ela é provocada pelo Evangelho. A fé, assim podemos dizer, é uma ação passiva, pois crer significa agarrar a justiça provinda de Deus, fiar-se na graça e viver dela. O crente permite que a graça nele se torne poderosa (cf. 2 Co 12, 9s), ele cede espaço para que Cristo viva nele (Gl 2, 20) e o Espírito o determine (Rm 8, 2ss; Gl 5, 25; etc.). De fato, a fé é efeito da justificação, não sua premissa, sendo que, com a fé, a plenitude de vida, implícita na justificação, se torna realidade no homem. Pela fé a justificação gratuita de Deus alcança o seu objetivo que é o novo homem e a nova criatura (2 Co 5, 17; Rm 6, 4; etc.). Para tanto é altamente significativo que Paulo pode colocar lado a lado justificação e ressurreição: justificação é uma forma de ressurreição dos mortos. Deus escolhe — e justifica — as coisas que não são (1 Co 1, 26ss), o Deus justificador e ressuscitador é o mesmo (Rm 4, 18ss). Sob esta perspectiva se nos revela a extraordinária amplitude do significado da justificação, sempre de novo ignorada, onde ela serve unicamente para tranqüilizar as consciências, conformando o homem com a sua condição de pecador. Declarando justo o pecador, Deus quer reconquistar o homem para si e reconduzir o mundo ao seu Reino (cf. Rm 6, 12ss; Rm 8, 15; etc.). Este propósito é reconhecido e se realiza pela fé. Isto significa:

1. Justificação implica em perdão dos pecados. O passado do homem é extinto e está sendo colocado um novo início. Mas o perdão dos pecados é apenas uma parte da justificação, pois ela liberta o homem do poder do pecado (Rm 6, 1ss; etc.). Quem recebe vida do Deus justificador, não mais precisa procurá-la em outras coisas e em outra parte. Ele não mais precisa da autojustificação nem de ídolos, ele não mais precisa “conquistar” a vida e pode dar novamente culto a Deus, colocando-se a seu serviço (cf. Rm 12, 1ss; etc.). Para isto, porém, somente a justificação o habilita.

2. A desnecessidade de autojustificar-se traz a liberdade da lei. A lei de Deus é boa, ela tem em vista a vida do homem, não a sua morte (Rm 7, 7ss). Mas o homem, ávido por atestar a

Deus e a outros a sua razão de ser, as suas qualidades e a sua justiça, abusou da lei, tornando-se escravo dela. Justificação liberta o homem do jugo da lei e o capacita para um serviço espontâneo e autêntico neste mundo, serviço este em que ele não procura a promoção de si mesmo, mas a glória e os direitos de Deus neste mundo (1 Co 10, 31; Fp 1, 11; etc.).

3. Tanto a libertação do pecado como também a libertação da lei pode ser afirmada unicamente porque, pela justificação aceita na fé, Deus respectivamente Jesus Cristo vem a ser o Senhor do homem. Liberdade existe apenas na fé, ela existe na esfera em que Cristo é Senhor (2 Co 3, 17). Esta liberdade é essencialmente uma liberdade para viver, para a vida. O dom da graça de Deus é vida eterna (Rm 6, 23). Justificação tira o homem da esfera da morte e o coloca na esfera da vida dando-lhe as energias para realmente viver. Esta vida resiste à morte, compromete o homem com a vida e o põe em oposição a tudo que mata. Por isto justificação implica em liberdade da morte (Rm 5, 12ss; 1 Co 3, 21ss; etc.). A morte ainda é uma realidade (1 Co 15, 26), mas a vida de Cristo sempre de novo triunfa por sobre a morte (2 Co 4, 11; 1 Co 15, 55; etc.). A vida dos justificados é uma vida contra a morte e as suas múltiplas manifestações na vida cotidiana.

4. Considerando isto, torna-se impossível separar justificação e santificação como se fossem duas coisas distintas. Não existe justificação pela fé sem implicações éticas. Isto é confirmado, não por último, pelo fato de os justificados formarem o corpo de Cristo (Rm 12, 3ss; 1 Co 12, 12ss). O resultado da justificação pela graça não é apenas o indivíduo justificado, mas a comunidade justificada. A graça necessariamente se traduz em "dons da graça" (carismas) a serem colocados a serviço da comunidade e do mundo. A eclesiologia de Paulo é uma projeção da sua doutrina da justificação. Igreja é o lugar, em que a justificação pela fé se torna visível, em que os pecadores vivem da justiça de Deus e em que não mais prevalece a lei das obras, mas sim a lei da fé (Rm 3, 27), respectivamente a lei do Espírito da vida (Rm 8, 2). Disto se deduz também a função da Igreja no mundo: ela é a embaixatriz de Cristo, proclamando a realidade da justificação e reconciliação, rogando, por palavra e ação, que o mundo se reconcilie com Deus (2 Co 5, 20). Isto não pode acontecer sem que os cristãos, por sua vez, pratiquem justificação, amando o pecador e condenando o pecado. Somente assim a Igreja cumprirá com o seu dever de ser mandatária dos direitos de Deus neste mundo.

5. Visto que a justificação é um ato de amor e não de violência divina, o mundo, com inclusão dos cristãos, continua tendo a chance de preferir a autojustificação e de escolher para si a morte. Pela mesma razão a vida dos crentes na justificação continua ameaçada até que a ressurreição dos mortos superar em definitivo esta ameaça. Isto se evidência na necessidade do imperativo e da parênese na prédica cristã. O homem deve ser exortado para realizar e viver aquela vida, para a qual a justificação o habilitou.

A rigor, porém, o imperativo quer apenas lembrar o cristão da sua fonte de vida que é a graça. Mas esta lembrança é necessária, pois ainda vivemos na terra e não no céu. O processo da assimilação da justificação termina somente ao raiar do último dia e quando veremos face a face, conhecendo então assim como somos conhecidos (1 Co 13, 12).

### III. A justificação em Cristo

Paulo deriva o direito de falar em justificação pela graça do Evangelho, cujo conteúdo central é Jesus Cristo. Sem a pessoa de Jesus, a mensagem da justificação não passaria de uma bela idéia destituída de fundamento real. Não deve ser esquecido que o homem é justificado pela fé em Cristo. Cristo é a revelação da graça de Deus. Como deve ser entendido isto?

A resposta parece simples: Jesus morreu pelos nossos pecados (1 Co 15, 3ss) ou simplesmente “por nós” (Rm 5, 8; 2 Co 5, 14; etc.). Ele se fez maldição em nosso lugar (Gl 3, 13), foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação (Rm 4, 25). Nós fomos justificados por seu sangue (Rm 5, 9) que é o sangue da propiciação (Rm 3, 25). Deus puniu os nossos pecados em Jesus. A sua morte vicária e expiatória é a nossa salvação, morte esta, aliás, na qual o amor de Deus se revela (Rm 5, 8; 8, 39; etc.), pois, em Jesus, Deus age em nosso favor. Cruz e ressurreição de Jesus são a manifestação da graça de Deus, são os eventos, pelos quais a justificação da humanidade acontece. Na cruz de Cristo se revelam concomitantemente a castigo de Deus para o pecado e o amor de Deus ao pecador. A morte de Jesus traz para nós a vida.

É fácil recapitular estas afirmações, mas é extremamente difícil compreender e assimilá-las hoje. O pensamento cultural que neles se espelha, é estranho do nosso mundo de hoje. Em que reside a verdade destas afirmações? É pouco recomendável tentar uma atualização direta — ela permaneceria forçada — nem a revitalização do pensamento cultural em nossos dias. Em vez disto deveríamos perguntar: O evento de Jesus Cristo recebe interpretação correta por Paulo? É realmente assim que em Jesus a graça justificadora de Deus se revela?

Atentando para Jesus, vemos que ele não desenvolveu uma doutrina da justificação, embora o termo “justificar” seja usado uma vez numa parábola (Lc 18, 14). Jesus prega a proximidade do Reino de Deus. Mas o que vem a ser este Reino? Ele é primordialmente a graça para o homem pecador. É a mensagem do Pai que se compadece do seu filho (Lc 15, 11s) que não se conforma com a perda da ovelha (Lc 15, 1ss) e que dá subsistência também àqueles que não trabalharam durante as doze horas do dia (Mt 20, 1ss). O agir de Jesus é o reflexo desta pregação: Ele toma a liber-

dade de perdoar pecados em nome de Deus (Mc 2, 5; Lc 7, 48), de dar a sua companhia aos perdidos (Mc 2, 15; etc.), de restabelecer vida, curando (mesmo em dia de sábado — Mc 3, 1ss), expelindo demônios, reintegrando os homens na sociedade (Lc 17, 11ss), em suma, ele toma a liberdade de confrontar os homens com o Deus presente e de trazer-lhes o Deus misericordioso, escandalizando assim os piedosos. Jesus concede graça incondicional (Lc 19, 1ss; etc.). Disto deduzimos: Jesus não prega uma doutrina da justificação, mas ele justifica. Ele manifesta a justiça de Deus e renova o homem mediante o amor de Deus, em cujo nome Jesus tem a coragem e a autoridade de agir. Jesus demonstrou justificação através de sua palavra e ação.

Também a cruz de Jesus Cristo deve ser vista sob este prisma. Pois Jesus foi assassinado não só por aqueles que não se importavam com Deus e sua vontade, mas também e em especial por aqueles que preferiram a justificação pelas obras da lei à justificação pela graça e fé. Graça incondicional provoca indignação e protesto — veja-se a atitude do filho mais velho na parábola do filho pródigo. A justificação gratuita, praticada por Jesus, bem como a manifestação da vontade e dos direitos de Deus, levaram Jesus à cruz. Esta cruz é a obra hedionda do homem pecador, na qual a inimizade contra Deus festeja o seu terrível triunfo. Visto que os carrascos de Jesus são os representantes dos inimigos de Deus que ou desobedecem e profanam a Deus ou não querem abdicar da sua justiça própria, deve-se dizer que Jesus morreu por causa dos pecados da humanidade. Quem culpar apenas os judeus, contemporâneos de Jesus e os acusar de serem os assassinos do Filho de Deus, se engana por sobre a sua própria natureza e ainda não percebeu o quanto é solidário com os sumo-sacerdotes, escribas e Pôncio Pilato. Por causa da solidariedade de todos no pecado, todos pertencem aos que gritam “Crucifica-o!” e pregam Jesus na cruz.

Assim se pode concluir que na cruz tanto o mundo como também Deus se revelam: O mundo revela o seu pecado, Deus o seu amor. A cruz é expressão da oposição a Deus por um lado — pois os homens queriam sufocar a voz de Deus em seu meio, e ela é expressão da graça de Deus por outro — pois o crucificado é quem, em nome de Deus, justifica o homem. Na cruz a graça venceu por sobre o pecado. Páscoa transforma a aparente vitória do pecado em vergonhosa derrota, a cruz se torna o juízo sobre o pecado do homem. O que doravante vale, é a graça de Deus como realidade mais poderosa do que pecado e escravidão sob a lei, do que coisas presentes e futuras, do que vida e morte, anjos, principados, etc. (Rm 8, 38). Jesus foi entregue pelos nossos pecados e ressuscitou por causa da nossa justificação (Rm 4, 25).

Jesus justifica por graça, em sua vida e em sua morte. Conseqüentemente Paulo proclama a justificação que há em Jesus Cristo. Por isto a fé que justifica só pode ser a fé em Jesus, ela é a aceitação da justificação, praticada por Jesus, como verdade e realidade determinante da existência humana. O que Paulo

afirma através do pensamento da morte vicária e expiatória de Jesus, por mais estranho que este pensamento seja para nós no século XX, contém esta verdade profunda, a saber, que a nossa inimizade contra Deus, o nosso pecado, se revela horrorosamente na cruz, sendo lá ao mesmo tempo julgado e vencido. A justiça salvífica de Deus aniquila o pecado e conduz a uma nova humanidade que vive da fé.

No Novo Testamento a doutrina da justificação é particularidade de Paulo. Por isto se perguntou, não raro, se a Igreja Evangélica não dá demasiado destaque à mesma em detrimento de outras concepções salvíficas no Novo Testamento. No entanto, considerando o embasamento desta doutrina no falar e agir bem como na sorte de Jesus, considerando ainda que em todo o Novo Testamento existe salvação unicamente pela fé em Cristo e que o amor de Deus é a mensagem propriamente evangélica, não admite dúvidas que na justificação realizada por Jesus se resume a essência do Evangelho. Cristo é a nossa justiça (1 Co 1, 30) e se há possibilidade de vida para o pecador, é porque Deus concede vida por sua graça, isto é, porque ele justifica.

Cumpra dizer, porém, que não temos a incumbência de pregar a doutrina da justificação. Nós pregamos a justificação. A doutrina de Paulo é de imenso valor, pois ela nos conduz à clareza do pensamento e à compreensão profunda do Evangelho. E, não obstante, o que importa é o anúncio da justificação por Deus, não uma doutrina sobre a mesma. Quem achar ser a doutrina da justificação em Paulo demais abstrata, considere o agir justificador de Jesus, onde se tem concreticidade de sobejo. É possível pregar justificação sem empregar o termo, para tanto a prédica de Jesus (e também a teologia de João) é exemplo. Mas é vital conhecermos e compreendermos a doutrina da justificação, pois ela se nos evidencia como meio para evitar que preguemos um outro Jesus (2 Co 11, 4) e um outro Evangelho (Gl 1, 6ss).

#### IV. A justificação pela graça e fé na sociedade de hoje

A prédica da justificação propõe ao homem a pergunta de quem e de que ele deriva o seu valor e a sua razão de ser. Para compreender a relevância desta pergunta é preciso respeitar que justificação é um elemento estrutural de qualquer tipo de convívio social. Ninguém pode viver sem justificação, isto é, todo homem necessita de reconhecimento por parte de outros, ele precisa de um círculo de pessoas que lhe atesta a razão de existir, que o respeita e aceita. É bem verdade, o homem acha a sua identidade apenas na sociedade, no relacionamento com pessoas, ele acha a sua identidade apenas no juízo das mesmas. Justificação não é exclusividade de Deus. Também a sociedade justifica, grupos justificam, enfim, cada pessoa individualmente pode constituir-se em instância que julga, rejeita ou acolhe. É vital que isto aconteça, pois o homem

depende de justificação. Onde inexistir qualquer forma de aceitação, praticamente é negada a razão de existir do indivíduo e é proferida a sentença de morte.

Por este motivo todos, de uma ou de outra forma, lutam por justificação. Isto começa com coisas tão elementares como o desejo por agradar. O homem busca o elogio, a honra, o reconhecimento, ele procura demonstrar a sua utilidade, procura o "status", o poder, o destaque, enfim, ele ambiciona "ser alguém" aos olhos dos outros. Boa porção das atividades e do trabalho do homem, via de regra, está a serviço deste objetivo, a saber, fazer com que a sociedade, grupos dentro dela ou também simples indivíduos o aplaudam, isto é, o justifiquem.

1. A partir daí é claro que o Evangelho confronta o homem em primeiro lugar com a pergunta de quem ele espera a sua justificação. Deverá ser a sociedade que lhe atesta a razão de ser? Deverá ser determinado grupo, o dos amigos, dos correligionários, deverá ser a classe, o povo, a raça a que alguém pertence, deverá ser a família, deverão ser os superiores ou os inferiores, a posteridade, ou deverá ser Deus? A pregação da justificação não presuppõe homens preocupados com os seus pecados, muito antes os confronta com a pergunta por Deus e a fonte de seu ser. Pois quem tem o direito de dar razão de existir? O homem que não crê, deve buscar a sua justificação por parte de outros ou procurá-la em si mesmo, fazendo-se de qualquer modo dependente. Por sua vez, a sociedade, grupos ou indivíduos usurpam direitos cabíveis a Deus ao arrogarem a si a legitimidade de, em última instância, dar razão de existir ou de negá-la. A justiça que provém de Deus põe em xeque a justiça que provém de homens, e ela reverte em juízo sobre a sociedade, se esta negar a justificação àquele por quem Cristo morreu na cruz.

As conseqüências psicológicas, pedagógicas e sociais da justificação estão à luz do dia. Ainda que elas não podem ser expostas detalhadamente neste contexto, seja apontado para o seguinte:

(a) Justificação por Deus implica em libertação da necessidade de o homem procurar a sua justificação através de homens. Isto não significa que a justificação mútua das pessoas fosse irrelevante. Muito pelo contrário, ela é essencial para a saúde psíquica do indivíduo e de um povo. Mas ela é relativizada, o que implica na liberdade de ver com olhos críticos a justificação, dada pela sociedade, e de tomar a sua vida não da mão desta, mas de Deus. Para citar apenas um exemplo: justificação dá a liberdade para fazer boas obras no oculto sem que fossem vistas pelos homens. Inversamente ela dá a liberdade para verdadeira confissão de pecados, pois, em decorrência da justificação, não há necessidade de sermos hipócritas, aparentando o que, na verdade, não somos. Ânsia por projeção bem como complexos de inferioridade com as suas múltiplas variantes são sinal de justificação não aceita. Estes aspectos são importantes, não por último, na poimênica.

(b) Justificação por Deus implica na obrigação de a sociedade e todo indivíduo respeitar os direitos de Deus, pela justificação, conferiu inclusive à mais miserável das suas criaturas. Se em Cristo os pecadores são justificados, a sociedade comete crime contra Deus, negando ou prejudicando a existência de qualquer um dos seus elementos. Os direitos humanos têm aqui o seu fundamento teológico. A Igreja não tem necessidade de procurar por direitos inatos em cada indivíduo. Com vistas à maldade de que homens são capazes, tal tentativa pouco êxito promete. Mas a Igreja fala em direitos concedidos, derivados da cruz de Cristo, direitos dos quais, a rigor, toda humanidade vive, também os que aparentemente têm os seus direitos garantidos. Se Deus deu o direito de viver, se ele justificou a sua criatura, todo aquele que aniquilar ou prejudicar a vida das suas criaturas, entra em conflito com os direitos de Deus e se expõe ao perigo de ver anulada a sua justificação (cf. Mt 18, 23ss), tornando-se réu do juízo divino (cf. Lc 16, 19ss).

(c) Justificação por Deus liberta o homem do medo de perder a sua razão de existir ou de não possuí-la de modo suficiente. Este medo é uma das principais causas da opressão de uns pelos outros, da concorrência brutal entre indivíduos e entre grupos e da vitória dos fortes por sobre os fracos. É em última análise o medo da morte e de tudo que dela lembra: a pobreza, a doença, a velhice, a solidão, a fome, o sofrimento, uma existência insignificante, etc. A sociedade criou mecanismos de compensação e de fuga que, no entanto, produzem vítimas. Em boa parte, o medo de perder vida é responsável pelo desequilíbrio social e pela brutalidade da luta diária. Sob a perspectiva do Evangelho, este medo é infundado e as suas conseqüências são uma loucura.

2. Mas a pregação da justificação propõe ao homem não só a pergunta de quem ele espera a sua justificação, mas também à base de que ele pretende obtê-la. Sem incorrer em erro, podemos afirmar: Na sociedade prevalece a lei das obras. Em outros termos, o valor do homem se define à base do que ele produz, possui e é. Seja na sociedade capitalista, seja na sociedade socialista, o homem passou a ser "material humano", julgado conforme o critério da produtividade e o "status" alcançado. Salvo raras exceções, vigora a lei da produtividade e do consumo, lei esta que marginaliza os improdutivos, coincidentes em especial com os velhos, os doentes, os incultos e os criminosos. Que significa, nesta situação, a justificação pela graça e pela fé? Ela questiona o conceito de vida que dá a esta lei a sua força e pergunta, se a "justiça" produzida por ela não é antes perda do que lucro (cf. Fp 3, 7ss). O mundo secular certamente não mais está sob o jugo da lei de Moisés ou da lei moral como o judaísmo no tempo de Paulo, nem sob o jugo dos "rudimentos deste mundo" como os gálatas do primeiro século (Gl 4, 8ss). Mas existem outras leis que deterioram a liberdade, conduzem à vanglória, à opressão e escravidão. Justificação por graça e por fé nos liberta destas leis, não declarando desnecessária

a produção — ela é necessária para a vida — mas colocando todo o nosso agir sob um prefixo diferente e promovendo uma profunda transformação de mentalidade. A produção estará a serviço do homem, mas não o homem a serviço da produção. Como se realiza vida em conjunto sob a justificação pela graça, isto Paulo desenvolveu na sua concepção do corpo de Cristo. Para finalizar, sejam pois indicadas algumas características deste corpo de Cristo, sem que com isto pretendamos oferecer uma descrição exaustiva da eclesiologia de Paulo.

(a) Igreja fundamentada na justificação em Cristo é essencialmente uma Igreja grata. Em todas as suas precariedades ela não pode deixar de dar louvores a Deus, porque é dele que ela recebe a sua existência, a sua liberdade e o seu futuro. Igreja incapaz de agradecer, vive de si, não do seu Senhor, e forçosamente recai na lei das obras.

(b) A Igreja anuncia a justificação por graça como realidade neste mundo, da qual ela mesma vive e a qual é válida para todos. Isto implica na solidariedade da Igreja com o mundo, pois a Igreja não possui o monopólio da graça. Esta graça, aliás, será incômoda num mundo que quer produzir a si mesmo. Ela será um permanente espinho na carne da sociedade bem como da própria Igreja de modo algum protegida contra o perigo de submeter-se de novo ao jugo da lei e de procurar a justiça própria. O Evangelho não deixa de ser o escândalo da cruz que, entretanto, se revela como sabedoria de Deus aos que, na verdade, buscam a vida (1 Co 1, 18ss).

(c) No corpo de Cristo reina a justificação pela graça como critério de ação. O vasto campo da ética, que com isto abarcamos, aqui não pode ser discutido. Mas é claro que, em consequência da justificação pela graça, qualquer tipo de hierarquia e de discriminação se proíbe. A graça coloca todos no mesmo nível e põe termo às estruturas de competição, reinantes na sociedade e favoráveis unicamente aos fortes. Aliás, importa ver a diferença entre justificação do pecador e justificação do pecado. Somente a primeira é evangélica. Por isto a comunidade estará envolvida no combate ao pecado sem, no entanto, rejeitar o pecador. O Evangelho capacita para o amor crítico, no qual se unem o amor à verdade, ou seja, o amor a Deus, e o amor ao próximo. O amor justificador de Deus não é fraqueza, deixando o homem como está, o amor crítico de Deus renova homem e mundo.

(d) A igualdade no corpo de Cristo, porém, não apaga a individualidade, não uniformiza nem nivela. Cristo, muito antes, cria a comunhão das pessoas diferentes entre si. A multiformidade é constitutiva para o corpo de Cristo. Tanto o indivíduo como também a coletividade serão respeitados, onde a justiça de Deus se revela. A coletividade deve dar margem ao indivíduo e seu carisma. Da mesma forma, porém, a diversidade dos carismas recebe orientação coletiva mediante o Espírito de Cristo. Onde não mais existe a necessidade de o homem justificar-se, onde é Deus quem justifica,

não mais há quem possa condenar (Rm 8, 31ss) e o homem se torna livre para servir. Por isto também haverá produção no corpo de Cristo, mas não mais reina a lei da produtividade. Há também diferenças no corpo de Cristo e inclusive tensões, mas estas só podem significar a chance para a complementação mútua e para um melhor desempenho da missão cristã.

(e) O corpo de Cristo é a esfera da liberdade, pois onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade (2 Co 3, 17; Gl 5, 1; etc.). Ser Igreja da Reforma luterana é a tentativa decidida de existir a partir desta liberdade com todos os riscos que isto acarreta. Face aos freqüentes abusos da liberdade sejamos lembrados de que seremos livres unicamente, se o amor de Cristo nos constrange (2 Co 5, 14). Também a crítica e a liberdade de discordar devem ser frutos deste amor, caso contrário a nossa liberdade se resume em criticismo estéril. No entanto, justificação realmente liberta. Ela nos compromete com Deus e a vida que ele dá. Ela possibilita que nos distancie e protestemos, onde vemos esta vida prejudicada ou impedida. O dom da graça é vida eterna (Rm 6, 23). Esta vida eterna põe em crise todas as outras formas de vida, pelas quais se luta, mas que, na verdade, não resistem à morte, que são fuga da realidade e que não vencem as adversidades, o pecado e as múltiplas ameaças. Liberdade cristã é o compromisso com tudo o que constrói e edifica (1 Co 6, 12; 10, 23) e o que está a serviço do Reino de Deus.

(f) Ainda não há identidade entre mundo e Reino de Deus. Inúmeras são as vítimas da autojustificação do homem, da lei das obras e do desprezo aos direitos concedidos por Deus às suas criaturas. Também nas Igrejas constituídas as mentalidades e os critérios de ação, com demasiada freqüência, não obedecem ao Evangelho que proclama sobre nós a justificação pela graça e pela fé. O mundo bem como as igrejas que dele participam, precisam da justiça de Deus para a sua libertação. Aliás, nós já temos esta justiça, ela está em Jesus Cristo crucificado pelo mundo. O que tantas vezes falta, é a assimilação desta justiça que é um processo doloroso por exigir transformação, arrependimento e, mormente, morte do fariseu em nós e a sociedade. Sob esta perspectiva o compromisso com a justificação é idêntico ao compromisso com a libertação — não com uma libertação qualquer, mas com a libertação evangélica. Esta significa negativamente libertação do jugo do pecado, da lei e da morte, ou seja, do jugo da vaidade e da corrupção (Rm 8, 18ss) e positivamente libertação para uma vida que não mais produz marginalizados, famintos e mortos. Para tanto é premissa que sejamos libertados de uma vida “conquistada” ou “a ser conquistada” para uma vida recebida, guardada nas mãos de Deus e por isto tão rica que ela tem para repartir com os outros. Nós vivemos do fato de um homem não ter considerado a sua vida como uma conquista, uma usurpação e uma propriedade exclusivamente sua (Fp 2, 6ss). Ele repartiu a sua vida com o mundo. É desgraça não ver as conseqüências disto.

## BIBLIOGRAFIA

1. Alpers, H., "Helsinki 1963: Ansätze und Probleme zur Neubesinnung auf die Rechtfertigungsbotschaft", em: **Estudos Teológicos**, ano 7 (1976), págs. 131 ss.
2. Bohlin, T., "Angst der Seele sucht sich selbst — Anwendung der Rechtfertigungslehre in der Therapie", em: **Lutherische Monatshefte**, Jahrg. 9 (1970), págs. 523 ss.
3. Bornkamm, G., **Paulus** (Stuttgart, 1969; Urban-Bücher 119 D), págs. 145 ss.
4. Bultmann, R., **Theologie des Neuen Testaments**, 3. Aufl. (Tübingen, 1958), págs. 271 ss.
5. Conzelmann, H., "Rechtfertigung durch den Glauben", em: **Lutherische Monatshefte**, Jahrg. 6 (1967), págs. 159 ss (= "Theologie als Schriftauslegung", em: **Gesammelte Aufsätze**, München, 1974, págs. 215 ss).
6. Conzelmann, H., "Die Rechtfertigungslehre des Paulus: Theologie oder Anthropologie?" em: **Gesammelte Aufsätze** (München, 1974), págs. 191 ss.
7. Gloege, G., **Gnade für die Welt** (Göttingen, 1964).
8. Jüngel, E., **Paulus und Jesus**, 3. Aufl. (Tübingen, 1967); **Hermeneutische Untersuchungen zur Theologie**, Bd. 2).
9. Käsemann, E., "Gottesgerechtigkeit bei Paulus", em: **Exegetische Versuche**, Bd. 2 (Göttingen, 1964), págs. 181 ss.
10. Kertelge, K., **Rechtfertigung bei Paulus — Studien zur Struktur und zum Bedeutungsgehalt des paulinischen Rechtfertigungsbegriffs** (Münster, 1967).
11. Klein, G., "Gottes Gerechtigkeit als Thema der neusten Paulusforschung — Rekonstruktion und Interpretation", em: **Gesammelte Aufsätze** (München, 1969), págs. 225 ss.
12. Lohse, E., "Die Gerechtigkeit Gottes in der paulinischen Theologie — die Einheit des Neuen Testaments", em: **Gesammelte Aufsätze** (Göttingen, 1973), págs. 209 ss.
13. Lohff, W., "Rechtfertigung und Anthropologie", em: **Rechtfertigung im neuzeitlichen Lebenszusammenhang** (Gütersloh, 1974), págs. 126 ss.
14. Stuhlmacher, P., **Gerechtigkeit Gottes bei Paulus**, 2. Aufl. (Göttingen, 1966; **Forschungen zur Religion und Literatur des Alten und Neuen Testaments**, Bd. 87).
15. Wilckens, U., "Was heisst bei Paulus: 'Aus Werken des Gesetzes wird kein Mensch gerecht'?" em: **Rechtfertigung im neuzeitlichen Lebenszusammenhang** (Gütersloh, 1974), págs. 77 ss.